

Izaura da Conceição Malverdi Barboza

De: Natalia Rosa Pinheiro <natalia.pinheiro@lafaete.com.br>
Enviado em: terça-feira, 11 de novembro de 2025 12:55
Para: CPL-OBRAS
Assunto: Esclarecimento - Concorrência nº 018/2025 – SEDU/ES – Ambientes de Rápida Implantação

Sinalizador de acompanhamento:

Acompanhar

Status do sinalizador:

Sinalizada

Prezados Senhores,

Vemos respeitosamente, com fundamento no **art. 164 da Lei nº 14.133/2021**, apresentar o presente **pedido de esclarecimento e de adequação do edital**, quanto às exigências de **qualificação econômico-financeira** constantes do **Anexo I-B** da Concorrência nº 018/2025.

O edital exige, **cumulativamente**, que as licitantes apresentem:

- **Patrimônio Líquido Mínimo** equivalente a 10% do valor estimado da contratação;
- e
- **Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um)**

Tal exigência cumulativa **restringe a competitividade do certame**, contrariando o princípio da **ampla participação** previsto no art. 5º, IV, da **Lei nº 14.133/2021**, bem como o disposto no **art. 69, §1º, da mesma lei**, segundo o qual a Administração **pode exigir demonstração de boa situação financeira mediante patrimônio líquido ou índices contábeis**, de forma **alternativa e proporcional ao objeto licitado**.

Assim, **solicitamos a este órgão** que seja **revista a redação do item de habilitação econômico-financeira**, de modo a permitir que a comprovação da boa situação financeira da empresa seja feita **por meio do Patrimônio Líquido/Capital Social OU, alternativamente, dos Índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral**, conforme entendimento consolidado dos Tribunais de Contas.

A exigência cumulativa de patrimônio líquido e índices financeiros tem sido reiteradamente considerada **irregular pelo Tribunal de Contas da União (TCU)**, por impor restrição indevida à competitividade. Destacam-se:

- **TCU – Acórdão nº 2.281/2013 – Plenário**
“É irregular a exigência cumulativa de comprovação de patrimônio líquido mínimo e de índices de liquidez geral, corrente e de solvência. A Administração deve optar por um ou outro critério, sob pena de restrição indevida à competitividade.”
- **TCU – Acórdão nº 2.104/2015 – Plenário**
“A comprovação da boa situação financeira pode ser feita mediante patrimônio líquido mínimo ou índices contábeis, sendo indevida a exigência simultânea de ambos os critérios.”
- **TCU – Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário**
“A exigência cumulativa de patrimônio líquido e índices de liquidez representa restrição indevida à competitividade, devendo ser admitida a comprovação por uma ou outra forma.”
- **Lei nº 14.133/2021 – Art. 69, §1º:**
“A Administração poderá exigir a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, podendo requerer índices contábeis ou demonstração de patrimônio líquido mínimo, de forma alternativa e proporcional ao objeto da licitação.”

Diante do exposto, **requer-se que o edital seja ajustado** para admitir que as empresas possam comprovar a qualificação econômico-financeira **através do Patrimônio Líquido/Capital Social OU, alternativamente, dos índices contábeis de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral**, assegurando a isonomia, a razoabilidade e a competitividade do certame.

Certos da atenção e do acolhimento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Respeitosamente,

Natalia Rosa Pinheiro
Coordenadora de Licitações Públicas

(31) 99673-2593
natalia.pinheiro@lafaete.com.br
Av. Raja Gabaglia, 615
Cidade Jardim, Belo Horizonte/MG

grupo lafaete
grupolafaete

LAFATE LOCAÇÕES CMC MODULAR MOVO Construções FOPER 3iBrasil